



Universidade Norte do Paraná

SISTEMA DE ENSINO PRESENCIAL CONECTADO
SERVIÇO SOCIAL

GERSON ROSATO DE SOUZA

**OS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO
NA CONSTRUÇÃO
DAS POLITICAS SOCIAIS NO BRASIL**

ITABUNA-BA
2014

GERSON ROSATO DE SOUZA

**OS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO
NA CONSTRUÇÃO
DAS POLITICAS SOCIAIS NO BRASIL**

Trabalho de Serviço Social apresentado à Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, como requisito parcial para a obtenção de média semestral nas disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III, Ética Profissional em Serviço Social, Fundamentos das Políticas Sociais e Políticas Sociais e Seminário Interdisciplinar IV.

Professores: Paulo Sérgio Aragão, Clarice Kernkamp, Maria Lucimar Pereira e Rosane Malvezzi.

ITABUNA-BA
2014

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	A CONSTRUÇÃO DAS POLITICAS SOCIAIS NO BRASIL	4
2.1	HISTÓRICO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO.....	4
2.2	OS TIPOS DE PLANEJAMENTO	6
2.2.1	O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:.....	6
2.2.2	O PLANEJAMENTO TÁTICO:.....	6
2.2.3	O PLANEJAMENTO OPERACIONAL:.....	6
2.3	O PLANEJAMENTO NO SECULO XX ATÉ A CF DE 1988	7
2.4	OS FATORES POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS	7
2.5	O CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS ATÉ 1988	8
3	CONCLUSÃO	9
4	REFERÊNCIAS	10

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é apresentar a política social no Brasil, seus fatores econômicos e sociais a partir do século XX até a promulgação da constituição federal de 1988 e sua relação com o Serviço Social.

Entendemos que os esboços das políticas sociais no Brasil surgiram no início do século XX e estas visavam apenas conter conflitos entre a classe dominante e os trabalhadores sem nenhuma intenção de gerar benefícios sociais.

As primeiras articulações sobre direitos sociais surgiram no período Vargas, e vieram a ser consolidados a partir da constituição federal de 1988, onde as diretrizes sociais foram respaldadas pela luta dos profissionais do Serviço Social na busca de aprimoramento do conceito de assistência no contexto sociológico, político e cultural.

2 A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Houve diversos ciclos na economia brasileira e em cada ciclo um setor era privilegiado em detrimento de outros, provocando sucessivas mudanças sociais.

No início do século XX a população brasileira era de predominância rural e economicamente estava pautada na exportação do café, ou seja, era um modelo agrário fortemente sustentado pela prática rural, que também desenvolvia a produção de borracha, algodão e cacau. Com a herança colonial, de servidão à Portugal, o Brasil demorou a encontrar sua independência econômica e financeira e o papel do imigrante na economia foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Foi preciso quase um século para que se chegássemos ao estágio atual das políticas sociais no Brasil. É preciso um estudo minucioso para que entendamos o processo histórico que foi o planejamento da construção dessas políticas sociais.

2.1 HISTÓRICO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

A Com a recessão mundial de 1929, surgiu no Brasil o desenvolvimentismo da era Vargas, com tentativas e erros de se estabelecer políticas sociais de cunho populista. O caráter desenvolvimentista refere-se ao projeto de modernização, urbanização e industrialização, rompendo com a política do café com leite e iniciando um novo projeto nacional.

O primeiro ato do presidente foi implantar o Ministério do Trabalho, cuja função primária era a conciliação entre empregado e empregador.

Em 1931 estabeleceu-se legislação para a formação de sindicato, que era colaborador do governo. Dessa forma, Vargas investiu na legislação trabalhista, a qual lhe conferiu o título de pai dos pobres, sem deixar de ser um excelente representante da burguesia.

O fato é que Getulio Vargas trouxe as questões sociais e a classe trabalhadora para a responsabilidade estatal em troca de apoio em suas pretensões políticas. E é nesta época que o governo começa a ter uma maior participação na regulação das políticas voltadas para o interesse do desenvolvimento capitalista.

A partir daí, o Estado brasileiro foi levado a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da economia. Essa participação se deu tanto de forma direta quanto de forma indireta, desde a formulação de regras de desenvolvimento até a criação e manutenção de empresas estatais.

Os anos 80 foram marcados por profundas crises econômicas, política e social, que levaram à sua caracterização como a "década perdida". Durante o período, os efeitos da crise do petróleo se fizeram sentir, notadamente com a elevação das taxas de juros internacionais em 1982 e a moratória mexicana no mesmo ano.

Neste cenário de incerteza política e econômica, o planejamento era visto como uma figura de retórica. Contribuíam ainda para essa visão negativa do planejamento na época o insucesso dos 2º e 3º Planos Nacionais de Desenvolvimento, durante a década de 70.

Ademais, o restante do mundo experimentava o início da onda neoliberal, capitaneada pelos governos Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, na Inglaterra. As políticas neoliberais apregoavam a redução do intervencionismo estatal na economia, na crença em que o mercado estaria suficientemente amadurecido para resolver seus próprios problemas; essa concepção de Estado também influenciou negativamente o planejamento governamental. Prevaleram no Brasil durante o período plano heterodoxos de orientação voltada à política econômica (monetária e fiscal): Plano Cruzado e Cruzado 2 (1986), Plano Bresser e Verão (1987) e o Plano "feijão com arroz" do então Ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira. Todos estes planos tiveram eficácia pequena ou nula na resolução dos problemas econômicos brasileiros.

A política social existente na atualidade deriva da luta e insistência da classe dominada dentro de sua conjuntura histórica, a qual culminou na criação dos direitos que hoje prevalecem. As políticas públicas são caracterizadas pelo controle dos conflitos sociais, os quais ainda são vistos como uma possível ameaça à ordem social, podendo colocar em risco o modelo capitalista das classes dominantes.

Ao analisarmos a fundo todo o contexto histórico, veremos que o país teve avanços e melhorias na distribuição destes direitos. Mas de igual forma o clientelismo e as práticas patrimonialistas continuam sendo o entrave para melhor desempenho destas políticas sociais.

2.2 OS TIPOS DE PLANEJAMENTO

Em relação aos níveis hierárquicos o planejamento se divide em três tipos: Estratégico, tático e operacional.

2.2.1 O planejamento estratégico:

Caracteriza pela definição da metodologia para estabelecer a melhor direção a ser seguida. Envolve decisões estratégicas, que são de longo prazo e envolve o ambiente planejado como um todo. Diz respeito à formulação de objetivos e à seleção de cursos de ação a serem seguidos para sua consecução

Através do planejamento procura-se conhecer e melhor utilizar os pontos fortes; conhecer e eliminar os pontos mais fracos; conhecer e usufruir as oportunidades externas; conhecer e evitar ameaças externas; e ter um efetivo plano de trabalho.

De forma isolada, o planejamento estratégico, é insuficiente, uma vez que os objetivos a longo prazo, bem como o seu alcance, resulta numa situação nebulosa, pois não existem situações mais imediatas que operacionalizem, o planejamento estratégico. A falta desses aspectos é suprida através do desenvolvimento e implantação dos planejamentos táticos e operacionais de forma integrada.

2.2.2 O planejamento tático:

Objetiva aperfeiçoar determinadas áreas e não o todo e é desenvolvido em níveis hierárquicos inferiores.

Envolve decisões sobre objetivos de curto prazo, e procedimentos e ações que geralmente afetam apenas uma parte do ambiente planejado. Trabalha com decomposições dos objetivos, estratégias e políticas estabelecidas no planejamento estratégico.

2.2.3 O planejamento operacional:

Refere-se ao conjunto de partes homogêneas do planejamento tático e deve conter os recursos necessários para seu desenvolvimento e implantação, os procedimentos básicos a serem adotados, os produtos ou resultados finais esperados, os prazos estabelecidos e os responsáveis por sua execução e

implantação. Pode ser considerado como a formalização principalmente através de documentos escritos, das metodologias de desenvolvimento e implantação estabelecidas.

2.3 O PLANEJAMENTO NO SÉCULO XX ATÉ A CF DE 1988

Os processos de planejamento na construção das políticas sociais brasileira tiveram início a partir do capitalismo, onde surgiu a política social, construída por meio das mobilizações das classes operárias advindas das revoluções industriais no século XIX. E a partir daí a necessidade de se adaptar e criar novas diretrizes baseada no direito de garantir o bem estar das pessoas menos favorecidas, priorizado crianças, jovens e idosos, dando assim total apoio aos mesmos, garantindo a eles uma vida digna de acordo com a lei do código civil brasileiro.

Diante dos desafios apontados, é necessário desenvolver ações relativas ao planejamento estratégico ante a nova gestão dos serviços. O projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero. Não podendo desvincular esses valores da história do serviço social, assim como das influências que foram construídas historicamente. Para tanto se compreende que a intervenção do Estado é uma necessidade no estabelecimento de uma sociedade justa e igualitária.

As políticas públicas passam a serem discutidas em espaços internacionais, cujos acordos são impostos e aceitos a ponto de modificarem e influírem na execução e definição das políticas nacionais, o desenvolvimento do Estado passa prioritariamente pelo desenvolvimento de seus cidadãos através da intermediação dos profissionais do serviço social.

2.4 OS FATORES POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

As políticas sociais brasileiras estão diretamente relacionadas às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. Estão, portanto, no centro do embate econômico e político deste início de século, pois a inserção do Brasil (país periférico do mundo capitalista) no mundo globalizado, vai fazê-lo dependente das determinações e decisões do capital e das potências

mundiais hegemônicas.

A tentativa de disciplinar as ações governamentais, estabelecendo-se atribuições formais, não foi suficiente para que as esferas de Governo conseguissem desempenhar seus papéis com facilidade. Neste caso, atendendo às suas necessidades de sobrevivência, as organizações de saúde tendem a dimensionar funções e atividades, ajustando suas competências, e os recursos disponíveis, à sua capacidade operacional e à cultura interna, satisfazendo, em primeiro lugar aos diferentes grupos de interesse que se articulam no seu interior.

2.5 O CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS ATÉ 1988

Essencialmente, o que caracterizava o Estado brasileiro, no período de 1920 a 1980, era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um Estado de Bem-Estar Social.

O Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade. Um Estado conservador que logrou promover transformações fantásticas sem alterar a estrutura de propriedade, por exemplo.

Nessa fase, o grande objetivo do Estado brasileiro era consolidar o processo de industrialização. Desde o começo do século, optou-se pela industrialização. A grande tarefa era consolidar esse processo e fazer do Brasil uma grande potência.

Assim, o grande objetivo era de ordem econômica: construir uma potência intermediária no cenário mundial. O Estado desempenhava a função de promover a acumulação privada na esfera produtiva. O essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado brasileiro, sem a transformação das relações de propriedade na sociedade brasileira.

3 CONCLUSÃO

A história da política social é também a história da luta de classes trabalhadoras, A política social tem sua origem no modo capitalista de produção da vida social, não como uma política do capital e sim como uma luta dos trabalhadores. O social se encontra no centro do embate econômico e político.

A construção das Políticas Sociais no Brasil é um assunto muito abrangente, podemos falar sobre as conquistas alcançadas, as que não tiveram êxito ainda. Não podemos deixar de falar algumas conquistas, como o código de ética, a saúde, melhorias nas classes trabalhadoras, enfim, foram muitas conquistas. Mas ainda precisamos de muitas outras.

Então questão social são todos os problemas que uma sociedade apresenta. E cabe aos representantes do país e a população buscarem alternativas para reduzir ou até mesmo acabarem com estas questões sociais.

A Assistência Social não pode ser pensada isoladamente, mas tem de ser relacionada com outras políticas sociais.

É claro que em pleno século XXI as coisas mudaram muito em relação ao nosso passado, mas ainda é preciso fazer muito mais, e não depende só dos governantes, mas também de cada cidadão.

4 REFERÊNCIAS

PIANA, Maria Cristina. **As Políticas Sociais No Contexto Brasileiro**. Editora Unesp, 2009.

SILVA, Ademir Alves da. **Desafios para implementação do SUAS**. (MIMEO) Jornal do Cress Sp. Julho/Set 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 1992. v. 2.

<http://pt.wikipedia.org> acesso em 10 out 2014.

<http://pt.slideshare.net/glosenaa-construcao-da-politica-social-no-brasil> acesso em 10 out 2014.